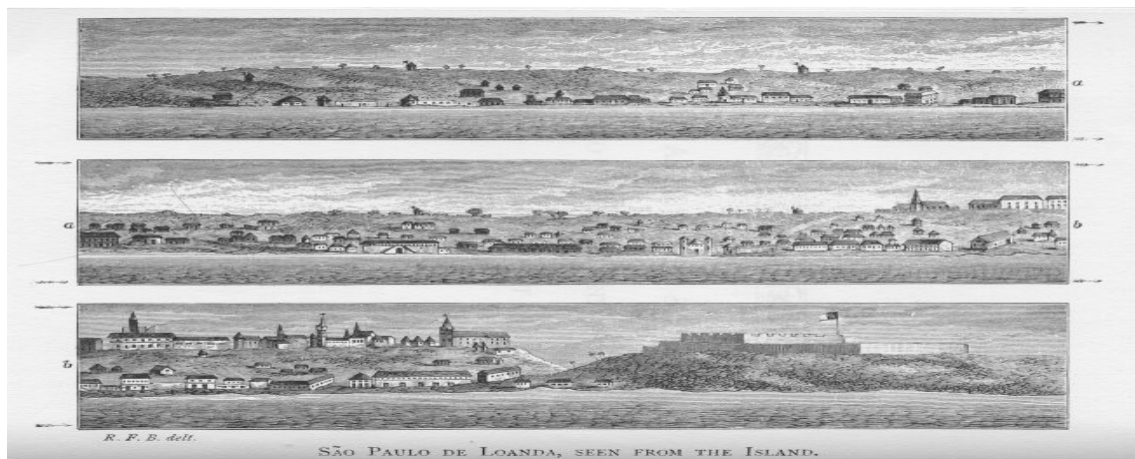


MESA REDONDA

CIDADES, ESPAÇOS E SOCIEDADE CIVIL: DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS

*Luanda, ontem e hoje: do berço da criouldade
à cidade dos contrastes*



Por: Cesaltina Abreu

A-Ip, Instituto de Pesquisa Económica e Social
Luanda, Angola

Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2008

Luanda, ontem e hoje: do berço da crioullidade à cidade dos contrastes

Saudamos a comemoração dos 35 anos do CPDOC e a iniciativa da realização deste encontro “Ibéricos, americanos, africanos e atlânticos: identidades e fronteiras nos países da comunidade luso-afro-brasileira”.

A nossa contribuição para esses diálogos procura organizar algumas reflexões em torno da sociabilidade de Luanda, a cidade-capital de Angola. Com recurso à história e a estudos recentes, quantitativos e qualitativos, que versam sobre a cultura cívica e a vida na cidade, vamos procurar caracterizar alguns momentos dessa sociabilidade e as suas consequências para a história de Angola. De antiga cidade colonial, Luanda tornou-se a capital de uma nova nação independente, com estilos e modos de vida cheios de contradições, resultantes de um longo processo de misturas culturais, étnicas e ideológicas.

1. Luanda¹, uma metrópole de contrastes sociais

A cidade tem uma área de 2 418 km² e é constituída por nove municípios, sendo quatro considerados “rurais” – Cacucaco, Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi – e cinco urbanos – Ingombota, Samba, Rangel, Maianga e Sambizanga. A partir da década de 60 do século XX, Luanda conheceu uma explosão demográfica, tendo atingido em pouco mais de dez anos uma população de cerca de 880 mil habitantes. Actualmente conta com 4-5 milhões de habitantes, em resultado da grande migração interna, principalmente devido à guerra civil que se prolongou até 2002. Sua densidade populacional é de 1.447 habitantes/km², contra uma média nacional de apenas 8 a 10 habitantes/km².

O processo de intensa urbanização da cidade mostra o seu carácter excludente no centro abandonado e nas periferias em crescimento acelerado. A par da cidade “formal”, e em resultado da pressão provocada pela migração interna, existem enormes núcleos habitacionais sem ordenamento do território nem qualquer tipo de infraestrutura, criando péssimas condições de salubridade do meio e conformando áreas sem o mínimo de condições básicas de vida. Nessas vastas áreas, que continuam crescendo sem urbanização, têm lugar estratégias de sobrevivência que lançam mão da criatividade e

¹ Luanda é uma palavra da língua nacional Kimbundo e parece ter sido dado à cidade pelo facto de os habitantes da Ilha (de Luanda) serem chamados de Axiluanda, singular de Muxiluandas, que significa os lançadores de rede, ou seja, os pescadores. Outra origem remete à palavra “loando”, que é uma esteira feita de caniços.

da inovação social, promovendo o surgimento de redes de solidariedade articuladas em torno de relações familiares e de vizinhança. Apesar da dureza e da precariedade das condições de vida nessas áreas, desenvolveram-se verdadeiros viveiros de soluções criativas e inovadoras para enfrentar as adversidades e ultrapassar as crises económicas e sociais, produzindo modos de vida mais flexíveis e tolerantes em relação às diferenças sociais e religiosas.

O crescimento arquitectónico que acompanhou a explosão demográfica da década de 60 do século XX acrescentou à arquitectura colonial típica da cidade os traços da modernidade dos altos edifícios e do traçado das ruas e avenidas. Após a independência, seguiu-se um longo período de estagnação da área urbana, praticamente a mesma até 2002, em contraste com a enorme expansão das áreas periféricas, que cresceram cerca de três vezes. Actualmente, a cidade mais parece um “canteiro de obras”. Apenas um projecto, o de requalificação urbanística da baixa de Luanda, foi avaliado em cerca de 100 milhões de dólares, segundo dados do governo provincial.

No meio urbano e peri-urbano, mais do que normas de reciprocidade difusa ou generalizada que facilitam as trocas solidárias, predominam as estratégias de reciprocidade entre grupos de pessoas, em geral pequenos e próximos, do ponto de vista familiar ou de relações profissionais ou de amizade. Essas estratégias envolvem uma ideia de troca de favores, objectos ou bens, de valores idênticos ou assim avaliados. As relações de confiança e solidariedade são afectadas pela elevada heterogeneidade das áreas urbanas e peri-urbanas, em resultado da diversidade de origens, tempo de permanência no bairro e mistura de classes e estratos sociais, tendo como consequência:

- a) a redução do número e da importância dos laços sociais entre vizinhos;
- b) a cordialidade entre vizinhos não parece implicar interacção entre eles nem existência e partilha de lugares/espacos de interacção; evita-se o contacto para não arranjar problemas.

No âmbito da relação público/privado, se os espacos partilhados por várias famílias ou grupos – como quintais, largos, pátios, ruelas, etc. – são espacos semi-públicos e semi-privados, o que se vem assistindo é uma redução progressiva dos primeiros em favor dos segundos, o que terá como efeito, a prazo, uma redução da coesão social e uma sociedade civil potencialmente mais débil e mais dispersa.

As redes sociais de solidariedade mais frequentes são as redes de parentesco, as redes entre elementos do mesmo grupo étnico-linguístico ou entre membros de uma

mesma igreja. Em outras palavras, os elementos aglutinadores de confiança e de solidariedade são a família, a identidade étnica e a fé religiosa, seguindo-se os amigos e colegas de profissão.

O processo de informalização crescente manifesta-se principalmente em duas dimensões: a económica e a espacial. Enquanto a primeira reflecte a expansão e o crescimento acelerado das actividades económicas não oficiais, a segunda é evidente no crescimento contínuo e descontrolado dos assentamentos informais, os musseques, através dos modos e processos de apropriação, ocupação e utilização do espaço. Como em outras cidades africanas, o sector informal em Luanda produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da esmagadora maioria da população².

A centralização do poder em Luanda, característica do regime político angolano e do sistema administrativo que lhe serve de suporte, alimenta outros tipos de informalidade, designadamente o recurso ao uso do capital “influência” como meio de “abrir portas”, a corrupção generalizada aos diversos níveis da hierarquia social, vulgarmente conhecida por “gasosa” e aplicável em todas as actividades públicas, sociais e económicas, o desenvolvimento estratégico de redes de clientelismo a partir da distribuição de cargos públicos, a generalização das práticas de pluriactividade e da co-participação dos funcionários públicos como meio (ou argumento) de garantir a sobrevivência, considerando os baixos salários e a precariedade que caracteriza a vida dos angolanos e, particularmente, dos luandenses.

2. No tempo de São Paulo da Assunção³ de Loanda...

A cidade foi fundada por Paulo Dias de Novais em 25 de Janeiro de 1576, no local da actual Fortaleza de São Miguel. Inicialmente instrumento de dominação e de exploração em nome dos interesses do colonizador, Luanda foi, desde sempre, o receptáculo de pessoas de todos os grupos sociais que compõem o tecido social angolano, tornando-se, desde cedo, o centro de construção de um sentimento e de uma consciência nacional, alimentando a ideia de liberdade e de autonomia.

A instalação do Estado colonial pela conquista foi seguida da dominação das sociedades pré-existentes, em resultado da repartição do continente em áreas de

² LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho F. Luanda, Cidade Informal?: estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto. Comunicação apresentada ao VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto, 5-9 de Setembro de 2000.

³ Este nome foi acrescentado porque a restauração do domínio português sobre a cidade aconteceu no dia da Assumpção da Virgem, 14 de Agosto de 1648, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, vindo do Brasil. Em alguns documentos, aparece também escrito “Assumpção”.

influência das nações europeias. O mapeamento⁴ dessas áreas não teve em consideração razões locais de ordem étnica, cultural e política, nem respeitou as fronteiras e as solidariedades existentes, separando arbitrariamente populações do mesmo grupo étnico, ou amigas, e juntando povos rivais dentro de um mesmo marco geográfico. Isso acarretou não apenas a perda de identidades políticas, mas também a destruição física e administrativa de relações de parentesco e de amizade.

Em 1890 o Ultimato Inglês⁵ tornou imperativa a reformulação das estratégias expansionistas de Portugal e da Inglaterra no sul da África, através da implementação de acções que assegurassem o seu domínio no continente e que se materializavam na integração progressiva de Angola no conjunto do império português. Dessa estratégia resultou a centralização das práticas administrativas do colonialismo português, que dificultavam o exercício autónomo das diversas regiões. As suas acções dirigiam-se ao controle do trabalho contratado (contingentes de pessoas do interior para as plantações de café no norte, e de sisal e cana), ao recrutamento de africanos para o exército colonial e à cobrança de impostos (imposto indígena), factores geradores de rivalidades étnicas que os portugueses procuravam acentuar, induzindo desníveis regionais, sociais e étnicos, no âmbito da estratégia de dividir – enfraquecendo o potencial da ideia de nação angolana que começava a ganhar corpo – para melhor reinar.

A inclusão no império colonial português, por força da conquista, dos reinos ou monarquias independentes, interrompeu os respectivos processos históricos pela imposição do capitalismo colonial como forma dominante de organização das relações sociais de produção⁶. Às nações com um espaço económico, social, político e cultural

⁴ Esse mapeamento foi decidido na Conferência de Berlim para a Partilha de África, realizada entre Maio de 1884 e Setembro de 1886, a qual produziu o chamado “Mapa Cor-de-Rosa”. A esse respeito, ver Malyn Newit, *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

⁵ O Ultimato inglês tornou imperativa a reformulação das estratégias expansionistas de Portugal (e da Inglaterra) no sul do continente africano, através da implementação de acções que assegurassem o seu domínio no continente, e que se materializaram na integração progressiva de Angola no Império Português. O ano de 1890 tornar-se-ia um marco simbólico na emergência de formulações protonacionalistas porque as reacções aos efeitos do Ultimato Inglês na colónia, através da reivindicação pelo reconhecimento de seus direitos. A reprodução e ampliação deste argumento deu origem ao surgimento do movimento nacionalista angolano, no início dos anos 40 do século XX. FREUDENTHAL, Aida, “A Voz de Angola em Tempo de Ultimato”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no.1, pp.135-169, 2001.

⁶ A população angolana é hoje constituída por descendentes de povos não-bantu (Hotentote e Khoisan), pré-bantu (Vátua), bantu e descendentes de europeus ou mestiços de europeus e africanos e das misturas entre eles. Os bantu angolanos, calculados entre 90 a 100 grupos etnolinguísticos, estão agrupados em nove grandes grupos: Tucokwe, Ambundu, Bakongo, Vangangela, Ovanyaneka-Nkhumbi, Ovahelero, Ovambo, Ovandonge e Ovimbundu. Ver, a esse respeito, João Fernandes e Zavoni Ntongo, *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila/Comissão Nacional Angolana do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, 2002.

bem concreto, com fronteiras adjacentes e relações diferenciadas entre si, de solidariedade e coexistência pacífica, e/ou de conflitos mais ou menos intensos e duráveis, seguiu-se um espaço económico, social, político e cultural “definido geográfica e juridicamente pelo direito constitucional português, pelos tratados celebrados com Portugal, e pelo direito internacional”⁷.

Porque a ocupação efectiva desse espaço foi lenta, apenas durante o século XX se consolidou a hegemonia política da sociedade colonial, através do desenvolvimento do Estado colonial com seus aparelhos e funções, do que resultou uma formação social inacabada. Esse aspecto explica, em parte, a preservação de traços das identidades étnicas desses grupos, que mantêm vivas as suas memórias colectivas, reproduzidas através de tradições e crenças transmitidas oralmente, de rituais de passagem e de diversos tipos de celebrações, apesar dos movimentos migratórios internos ou de imigração para países vizinhos, forçados pela guerra ou pela busca de melhores condições económicas e sociais. Antes de se identificarem como angolanos, os seus integrantes identificam-se com o grupo étnico ao qual pertencem.

Devido às rivalidades, históricas ou forjadas, as comunidades africanas viam na subordinação ao império uma forma de preservação das suas identidades colectivas. Existem diversos relatos históricos sobre as estratégias dessas comunidades com vistas ao reforço da unidade interna e à resistência ao exterior, através de processos que produziam dissidências culturais ou ideológicas e que culminavam com a expulsão de alguns elementos para fora das fronteiras do grupo, produzindo um movimento de migração em direcção às cidades, principalmente Luanda. Esses movimentos estariam na origem de um cosmopolitismo cultural, contribuindo para um nível mais elevado de tolerância nesses centros urbanos. Luanda foi o berço de uma “crioulidade”⁸, que desenvolveu ideias modernas acerca do conceito de soberania e sobre a situação de dominação a que Angola estava sujeita, dando corpo a aspirações nacionalistas.

A “crioulidade” enquanto processo de síntese cultural ocorrido a partir de finais do século XVII, e que teria uma expressão muito evidente em meados do século XX, manteve como padrão de actuação, nessa fase, o protesto reivindicativo dentro dos limites da lei colonial. Mais tarde, viria a romper com essa postura mais ou menos contida de contestação urbana, para assumir abertamente a defesa pela independência de

⁷ SANTOS, Daniel dos. “Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, vol.23, n.1, Rio de Janeiro, janeiro/junho 2001, p. 106.

⁸ Processo de mestiçagem cultural, envolvendo negros, mestiços e brancos, e que estabelece uma “ponte” entre o mundo moderno europeu e o mundo tradicional africano.

Angola. Os traços dessa “crioulidade” manifestavam-se no jeito de falar português, de dançar e de produzir música, na culinária e nas festas, que se transformaram em locais e momentos importantes para a discussão política, e logo se projectaram na imprensa e na literatura⁹. Os traços de permeabilidade social e racial do mundo crioulo angolano precisam ser entendidos num quadro da fraca presença do Estado português na colónia, e também na desproporção entre homens e mulheres europeus, na razão de 11 para 1¹⁰. Tal permeabilidade foi sendo reduzida a partir de meados do século XIX, à medida que Portugal implementava a sua estratégia de expansão e dava novo fôlego ao processo de colonização.

O movimento nacionalista buscou a negociação da independência de Angola junto às autoridades portuguesas, primeiro através do diálogo e depois, perante a recusa obstinada daquelas em qualquer tipo de negociação, conduziu a luta armada de libertação nacional, que decorreu de 1961 a 1975. As autoridades portuguesas recorreram ao argumento luso-tropicalista de Gilberto Freyre para reforçar a sua estratégia de defesa das províncias ultramarinas, num quadro de confronto de duas teses, uma integracionista e outra associativista; na prática prevaleceu a integracionista, pela intensificação dos assentamentos de colonos portugueses pobres, para quem a preservação do colonialismo representava a sobrevivência e que começaram a exhibir comportamentos racistas que suscitavam reacções e respostas de cunho também racial por parte dos nacionalistas. A “raça” transformou-se, nessa fase, num factor de extrema importância no processo de contestação do colonialismo pelos movimentos nacionalistas¹¹.

Se por um lado a legislação não era manifestamente discriminatória como a do *apartheid* da África do Sul, e na vida diária assistia-se à convivência nos musseques, às relações sexuais inter-raciais e a relações “conjugais” mais ou menos permanentes com base na perspectiva assimilacionista do projecto colonial, essa “não-discriminação” sucumbiria ao escrutínio a partir de uma óptica económica e social, com a divisão da

⁹ Do ponto de vista do seu conteúdo, a crioulidade compreendia grupos sociais algumas vezes rivais ou opostos em matéria de *status* social e económico, de acesso a postos na administração pública, de credos religiosos. Não se tratava, pois, de um grupo homogêneo nem monolítico. As diferenças entre elementos que se destacaram nessa crioulidade – nomeadamente através das posições públicas que assumiram na imprensa escrita, na literatura, e na defesa dos direitos dos povos colonizados –, podem ter influenciado decididamente posturas posteriores, durante a luta armada pela independência, no processo de descolonização e no pós-independência.

¹⁰ BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999, p. 38, nota 23.

¹¹ Idem, p.20.

população entre “civilizados” e “indígenas”. De acordo com essa divisão, os brancos eram considerados civilizados, independentemente das suas condições sociais, económicas e do nível educacional, enquanto aos negros e mestiços eram exigidas provas de assimilação dos valores civilizados, como nome cristão, forma de vestir e se apresentar segundo os moldes europeus, integração no mercado de trabalho formal, aceitação da religião católica, para além de provas sobre as suas capacidades económicas.

Na economia, a intervenção sistemática nos mercados de produtos agrícolas e de meios de produção resultou em revoltas e conduziu à eclosão de conflitos no meio rural, fazendo com que os produtores, preocupados com o valor dos seus rendimentos, não apenas se engajassem na produção e comercialização dos seus produtos, como se mobilizassem politicamente: eles foram compelidos para a acção política em defesa dos seus interesses económicos. A politização dos pequenos produtores criou as bases de apoio aos movimentos que conduziram as lutas de libertação nacional e que forçaram a retirada dos poderes coloniais europeus do continente.

O papel da religião também merece ser realçado. Os métodos, opostos, da igreja católica e das missões protestantes, principalmente norte-americanas e canadenses, e as organizações angolanas por elas criadas (Metodista, Igreja Evangélica Congregacional de Angola, Igreja Evangélica Baptista de Angola) tiveram reflexos na construção de novas identidades e comportamentos políticos. Enquanto a religião católica oficial servia como um instrumento de penetração e assimilação ao padrão cultural português e procurava minar as bases de resistência cultural do nacionalismo, através da construção de uma identidade religiosa submissa e assimilada¹², as missões protestantes mantinham um conjunto de actividades que acomodavam os traços culturais dos grupos com os quais interagiam, reforçando os caracteres identitários e manifestando um apoio institucional aberto aos ideais independentistas, promovendo a criação de redes de troca de informações entre elementos pró-independência, o que poderá ter influenciado a tonalidade étnica de alguns discursos nacionalistas.

Após a independência política, não se concretizou o projecto da unificação social e reorganização político-administrativa e económica do espaço herdado do colonialismo português, através da integração das sociedades distintas, com base no

¹² Deve-se notar, contudo, uma divisão muito forte entre o alto clero e o baixo clero, com um número crescente de clérigos angolanos reivindicando uma igreja mais angolana e melhores condições de vida para a população.

reconhecimento das diferenças, unindo as etnias existentes no espaço geográfico designado de Angola através do traço comum das suas histórias, a vivência da experiência colonial e a luta contra essa dominação. Nesse legado histórico comum parecia residir a possibilidade de construção de uma identidade cultural plural, capaz de fornecer os quadros de referência do projecto da nação, assente no reconhecimento e no respeito pela diversidade e pela diferença. A integração social dos diversos grupos, com base na redefinição da nação em termos multiculturais, assentada na tolerância e no respeito pela diferença para promover e sustentar o conteúdo da cidadania e da reconciliação cultural, poderia ter conduzido à escolha, por via do debate e da negociação, dos caminhos a seguir, fosse o de um Estado-nação que reconhecesse o pluralismo cultural da sua base social e se organizasse constitucional e institucionalmente em função disso, ou outro arranjo constitucional que melhor acomodasse a especificidade da situação, como a consorciação/federação.

3. Alguns indicadores da sociabilidade na Luanda de hoje

Em Angola de uma forma geral, e nas áreas urbanas e peri-urbanas abrangidas em particular, os efeitos de longas décadas de guerra e de má gestão dos interesses públicos, reflectidos indubitavelmente nos indicadores de desenvolvimento humano da sua população¹³, agravaram as distorções herdadas do colonialismo e criaram um ambiente social, político e económico que privilegia o individualismo e favorece o clientelismo e o jogo de influências. Na ausência de políticas públicas adequadas às suas necessidades individuais, sociais e políticas, parece não restar ao cidadão comum senão estratégias de sobrevivência individuais ou de grupo.

A diversidade de origens, a mistura de classes e estratos sociais e o tempo de permanência no bairro afectam as relações de confiança e de solidariedade, o que implica numa redução do número e na importância dos laços sociais entre vizinhos, as habituais ou esperadas relações de cordialidade entre vizinhos são superficiais e de

¹³ Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, Angola passou do 160º lugar em 2005 para o 161º lugar em 2006, entre 177 países. Considerando que essas posições são fortemente influenciadas pelo bom desempenho do PIB, a piora de posição parece proporcional ao comportamento do PIB: de 20,6% em 2005 para 18,6% em 2006. Se considerarmos a evolução do Coeficiente de Gini que mede a desigualdade social (Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003), constata-se que a mesma tem vindo a agravar-se, passando de 0,54 em 1995 para 0,62 em 2000 (coeficientes superiores a 0,30 já reflectem situações de desigualdade na distribuição dos rendimentos).

ocasião, evitando-se a intimidade para não arranjar problemas¹⁴. O descaso com os espaços públicos partilhados por várias famílias ou grupos – como quintais, largos, pátios, ruelas, corredores e entradas de edifícios, espaços de lazer, esplanadas de clubes, etc., visível quando se comparam as condições de manutenção, asseio, e embelezamento desses espaços semi-públicos e semi-privados com os espaços privados das casas a que eles dão acesso – parece um sintoma associado ao individualismo, que afecta a coesão social e a mobilização da acção colectiva.

3.1. Interesse em e participação na política

As respostas a uma pesquisa qualitativa de apoio à minha tese de doutoramento, envolvendo três cidades entre as quais Luanda¹⁵, permitem afirmar que a maior parte dos 83 luandenses revela “muito” ou “algum” interesse em política em Luanda. A maioria dos respondentes prefere conversar sobre política com os círculos de amizade do que com os colegas de trabalho: 55% demonstraram “muito interesse”, tendo a soma das opções “muito interesse” e “algum interesse” totalizado 86%.

Contudo, a discussão/conversa sobre a situação económica e social mobiliza mais a atenção dos participantes do que sobre política, sendo também o círculo de amigos o mais mobilizador (84%) quando comparado ao círculo de colegas de trabalho (76%). Relativamente à frequência das conversas sobre política, as respostas mostram que 61% conversam frequentemente entre amigos e 52% entre colegas.

Ocasionalmente os participantes procuram convencer familiares, amigos e colegas de trabalho a envolverem-se com assuntos relacionados com a situação política do país, embora o façam frequentemente quando se trata de questões relacionadas com a situação económica e social, o que se mostra coerente com as respostas anteriores, e sugere que ainda se mantém um certo retraimento das pessoas no tocante a tornar públicas as suas opiniões sobre política, contrariamente à conversa sobre a situação económica e social do País. Os dados sobre esse hábito de convencer familiares, amigos e colegas de trabalho a envolverem-se mais com os assuntos relacionados com a situação política, económica e social do país indicam que os Luandenses o fazem frequentemente em 44% e ocasionalmente em 41% das respostas, perfazendo 85%.

¹⁴ ROBSON, Paul & ROQUE, Sandra. “*Aqui na cidade nada sobra para ajudar*”. Luanda: ADRA/DW, 2001, pp. 114-133.

¹⁵ ABREU, Cesaltina (2006), “Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia”. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; disponível no site www.iuperj.br. Para além de Luanda, a pesquisa incluiu Benguela e Malange.

Não parece haver, contudo, um interesse manifesto em aumentar os níveis de participação no processo de tomada de decisão e de gestão pública. Para além do receio de retaliações por expressar opiniões sobre questões políticas, devido à força da ideia de que a política é assunto reservado ao sistema político, alimentado pela pouca abertura do espaço público que inibe o desenvolvimento de uma cultura de debate e a valorização da própria opinião e da dos outros, os custos da acção colectiva parecem pesar na opção pela não participação. Numa sociedade que vive no curto prazo, no imediatismo, por encontrar soluções para os problemas de sobrevivência no dia-a-dia, a disponibilidade de tempo para participar é um luxo de que a maioria não dispõe. Por outro lado, sentimentos de inevitabilidade, de resignação, de não valer a pena, também estão na origem desta escolha, entendida como a mais segura.

Mas essa opção não significa que as pessoas se tenham acomodado ao *status quo*, como o demonstram as respostas a outras perguntas da pesquisa. Por exemplo, solicitados a escolher as três afirmações que melhor descrevem a situação do país (de oito possíveis, recolhidas no período de Abril de 2002, data da assinatura do cessar-fogo, a Outubro do mesmo ano, data da preparação dos questionários, entre as mais citadas nos órgãos de comunicação social do país), as escolhas indicam não apenas insatisfação, mas também a necessidade de mudanças: 1º. Precisamos de uma justiça “mais justa” e ao alcance de todos (21%); 2º. O sistema político precisa de reformas profundas (14%) e 3º. O governo deveria ser mais aberto às mudanças públicas e é necessário criar mais oportunidades de negócios e empregos (13%). As frases que se colocaram nas posições seguintes, por número de indicações, foram: o sistema económico precisa mudar radicalmente, e o Estado e sociedade deveriam trabalhar em parceria. Essas opções parecem demonstrar uma grande e generalizada insatisfação relativamente à situação actual do país, a necessidade de justiça social e de mudança, não apenas no sistema político; mas também no sistema económico e nas relações sociais, e uma tomada de consciência da necessidade de uma sociedade mais inclusiva.

O fato de a frase “a sociedade está muito dividida e não consegue apresentar-se como parceiro credível” ter recebido apenas um décimo das indicações dos respondentes pode significar que a maioria considera o contrário, ou seja, que a sociedade é capaz de criar mecanismos de participação e parceria com o Estado e outros actores sociais. Contudo, chama a atenção o fato de a frase “os mecanismos sociais de auscultação criados são ineficazes” ter recebido um pequeno (5%) número de

indicações: ou os respondentes não identificaram na mesma um “*proxy*” de participação política, ou não estão predispostos a participar activamente da vida política do país.

Uma pesquisa quantitativa sobre as “expectativas dos angolanos em relação às próximas eleições” realizada em 2003¹⁶, permitiu a criação de uma base de dados, a partir da qual foi construído um índice de participação política, envolvendo um componente de participação activa e um componente de participação passiva. A tabela a seguir apresenta os resultados para Luanda:

Índice de participação política categorizado					
		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
categorias	0,75 - 1,0	164	10,9	10,9	31,4
	0,50 - 0,75	353	23,5	23,4	65,5
	0,25 - 0,50	510	33,9	34,1	89,1
	0 - 0,25	471	31,3	31,4	100
	Total	1498	99,6	100	
Missing	System	8	0,4		
Total		1506	100		

Os dados da amostra de 1 506 pessoas revelam que apenas 11% dos respondentes se mostram interessados numa participação política ativa. A maioria – 65,5% - enquadra-se nas categorias de “baixa” a “muito baixa” ou “nenhuma” participação política.

3.2. Insatisfação como “*proxy*” de potencial de mudança

Uma demonstração do elevado grau de insatisfação e da vontade expressa de mudança parece possível extrair da escolha da frase “apesar da guerra, poderíamos estar muito melhor” com 54% das indicações, como sendo a que melhor descreve a actual situação em Angola. Com 40% das indicações foi escolhida a frase “agora que a guerra terminou precisamos mudar”. A terceira opção, “a situação é a possível devido aos problemas da história recente de Angola”, mereceu apenas 6% das indicações.

Para além das opções demonstrarem insatisfação e vontade de mudar, o reduzido número de indicações da terceira frase parece ser um indicador de que a maioria não está conformada (ou resignada) com a actual situação, nem aceita a guerra como justificação de todos os problemas que o país hoje enfrenta. E isso ficou comprovado pelas considerações adicionais dos participantes a esta pergunta, entre as quais: Angola tem enormes potencialidades e muitos recursos não aproveitados que, apesar da guerra, poderiam ter sido mobilizados para evitar que a situação se deteriorasse tanto; acabou o

¹⁶ Relatório do Inquérito de Opinião sobre as “Percepções dos Angolanos em relação às Próximas Eleições”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social (A-IP) para o Instituto Republicano Internacional.

pretexto da guerra para justificar tudo o que não foi feito e deveria ter sido realizado; a guerra não explica tudo, muitas vezes foi mais consequência do que causa; o descaso, a incompetência, a falta de lucidez e a ganância da elite no/ou próxima do poder são os responsáveis pela situação actual do país; as décadas de guerra e as suas consequências para a maioria da população conduziram à instalação de um certo conformismo e resignação, mas é preciso mudar essa situação, reivindicar, exigir, “pedir contas”. O apelo presente na grande maioria das respostas dos luandenses parece ser o de mudança e justiça social.

Essa insatisfação, não resignação e aspiração a uma sociedade mais justa, parecem poder identificar-se, igualmente, nos resultados à pergunta 7, buscando conhecer as opiniões sobre a situação de pobreza dominante no país. Foram apresentadas cinco opções, sendo a última “não sei”, a qual ninguém escolheu. A grande maioria dos respondentes (65%) considera que a causa de tal situação é que “a nossa sociedade é injusta”, enquanto 35% consideram que a causa da actual situação é a “guerra”. Não parece haver uma naturalização da ideia de pobreza no conjunto de participantes de Luanda, uma vez que as opções “porque não têm sorte” e “porque são preguiçosos e não têm força de vontade” não receberam qualquer indicação.

A atribuição do grau de importância (1 a 10) a políticas públicas resultou no seguinte *ranking*: 1º. Reconciliação entre os angolanos e Erradicação do analfabetismo; 2º. Gestão pública mais transparente e mais participativa; 3º. Melhoria significativa na redistribuição dos rendimentos nacionais; 4º. Combate sem tréguas à corrupção; 5º. Democratização da sociedade; 6º. Redução da mortalidade, principalmente infantil; 7º. Eliminação da pobreza; 8º. Aumento da esperança de vida; 9º. Expansão das oportunidades de participação; 10º. Modernização da sociedade; 11º. Eliminação das desigualdades. Algumas ilações possíveis de se extrair desses resultados são as seguintes:

- a) a grande valorização da reconciliação entre os angolanos como condição um futuro melhor, a par da ideia de que a educação é um veículo privilegiado para percorrer o caminho em direcção a esse futuro melhor;
- b) A insatisfação perante a forma como a gestão da “coisa pública” continua acontecendo em Angola e, simultaneamente, o desejo de uma gestão mais participativa; contudo, a expansão das oportunidades de participação não conseguiu mais do que um 9º. lugar. No conjunto, as respostas parecem indicar

que as pessoas gostariam de ver “mais abertura” do que “participação” na condução dos destinos da nação;

- c) O desejo de uma melhor redistribuição dos rendimentos nacionais parece associado à vontade de uma sociedade mais justa e equitativa, já anteriormente expressos em outras respostas;
- d) O combate à corrupção, como um dos mecanismos para alcançar uma gestão mais transparente e aumentar a porção dos rendimentos nacionais susceptíveis de serem redistribuídos;
- e) A democratização da sociedade parece mais importante para os luandenses do que a modernização da mesma;
- f) A eliminação das desigualdades sociais parece não ter sido associada com a necessidade de melhoria de indicadores sociais (por exemplo, redução da taxa de mortalidade) e o combate à pobreza.

Para a maioria dos luandenses, Angola é governada “pelas elites” (52%) e por “poucos grandes interesses” (42%). Ou seja, 94% dos participantes consideram que Angola é governada por um pequeno grupo de pessoas relacionadas com o poder. Apenas um grupo muito reduzido de participantes (4%) considera que o país é governado “no interesse de todos” e uma percentagem ainda menor (1%) “com a participação de todos”. Apenas um respondente optou pela resposta “não sei” (da categoria “poder local”).

3.3. Confiança nas pessoas e nas instituições

Os níveis de confiança prevalecentes na sociedade angolana parecem muito reduzidos, e os seus efeitos são sentidos no quotidiano, nomeadamente através dos elevados custos de transacção, em virtude da expectativa do não cumprimento dos acordos ou contratos firmados ou apalavrados, e da ineficiência das instituições em geral, designadamente as instituídas do poder de julgar e impor sanções à falta de cumprimento dos compromissos assumidos¹⁷. Tanto em relação à confiança nas pessoas quanto à confiança nas instituições, as opções escolhidas pelos participantes na pesquisa confirmam esta avaliação.

¹⁷ NORTH, Douglass C., *Institutions, Institutional Change and Development*. Cambridge University Press, 1990; LEVI, Margaret. *Of Rule and Revenue*. Berkeley: University of California Press, 1988.

A grande maioria das respostas obtidas privilegiou opções que evidenciam um baixo nível de confiança nas pessoas: 27% demonstram cautela e precaução nas relações com outras pessoas, enquanto 29% depositam confiança apenas nos conhecidos. Apenas ¼ considera que “a maior parte das pessoas é confiável” e 14% acreditam “não ser preciso ser muito cauteloso” nas relações pessoais.

Relativamente à confiança nas instituições, foram listadas 14 instituições públicas, solicitando-se a atribuição de uma qualificação de Muita, Bastante, Não Muita e Nenhuma confiança. Os resultados foram os seguintes:

	Muita	Bastante	Não muita	Nenhuma
Igreja	32	19	14	1
Governo	2	5	43	16
Forças Armadas	11	23	26	3
Justiça	4	4	56	13
Imprensa	8	13	37	6
Sindicatos	5	8	38	13
Assoc. Cívicas	11	31	21	1
Parlamento	4	6	41	14
ONG's	8	21	36	-
Serviço Público	1	3	39	21
Empresas	5	10	39	8
Part. Políticos	4	1	36	22
Autorid.tradic.	10	27	23	3
Polícia	5	5	36	18

A Igreja é a instituição em que os participantes mais confiam, com 51 indicações, sendo 32 de muita e 19 de bastante confiança. As Associações Cívicas receberam 42 de muita e bastante confiança, em 64 respostas. As Autoridades Tradicionais¹⁸ somaram 37 indicações de muita e bastante confiança contra 26 de não muita ou nenhuma. As Forças Armadas¹⁹ tiveram 34 indicações de muita e bastante confiança, provavelmente em resultado da identificação como os protagonistas do fim da guerra civil. As ONG's receberam 36 indicações de pouca ou nenhuma confiança em 65 respostas.

A interpretação dessas respostas como um sinal de pouca confiança das pessoas nas instituições encontra respaldo nas percepções de confiança institucional reveladas pela pesquisa quantitativa já referida, e que mostram “um déficit de confiança institucional, em particular nas instituições públicas, que ocuparam as 5 primeiras posições entre as 6 menos confiáveis para a resolução dos problemas da população”,

¹⁸ Atendendo à avaliação negativa da justiça e ao papel de articuladores e mediadores das relações sociais que em geral lhes são atribuídos, talvez fosse de esperar uma posição de maior destaque para as Autoridades Tradicionais, no ranking de instituições merecedoras de confiança.

¹⁹ Esses resultados parecem espelhar não apenas reconhecimento, mas também algum ressentimento, em relação às FAA durante e depois da guerra, sendo elas identificadas como os principais protagonistas do fim do conflito.

“um descrédito nas instituições políticas pela sua incapacidade em influenciar positivamente a solução dos problemas da população” (pp.60, 61): os partidos políticos encontram-se no penúltimo lugar das 23 instituições seleccionadas, entre as três mais confiáveis para a resolução dos problemas da população (...) e em que os entrevistados menos confiam para a resolução dos problemas da população, na terceira posição” (pp. 54/55). A pesquisa demonstrou a valorização desproporcionada da família e das igrejas na solução dos problemas da população (p. 9), e identificou níveis diferenciados de confiança institucional entre o centro (Luanda) e a periferia (outras províncias) (p. 9).

Na construção do Índice de Confiança foi considerada a necessidade de ter em conta duas dimensões da influência das relações de confiança nas escolhas dos cidadãos: um tipo de confiança que penaliza a inovação, o risco e a mudança numa

índice de confiança categorizado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	1,00	180	12,0	12,0	12,0
	2,00	431	28,6	28,6	40,6
	3,00	895	59,4	59,4	100,0
	Total	1506	100,0	100,0	

situação de conflito de interesses, e um tipo de confiança que penaliza as más práticas e favorece a inovação e a mudança²⁰.

Interpretando os resultados do Índice de Confiança em Luanda, 12% enquadram-se no grupo dos “desconfiados”, 59% no grupo dos confiantes, abertos à inovação, pouco influenciáveis; o grupo intermédio – 29% - pode tender para um ou outro lado, dependendo das situações.

3. 4. Acção colectiva

As respostas às perguntas relacionadas com a acção colectiva foram desdobradas na perspectiva do associativismo, da ajuda mútua e solidariedade, e do voluntariado.

3.4.1. Associativismo

A maioria dos participantes (78%) pertence a algum tipo de associação, e as associações de carácter cívico, profissional e cultural ou recreativa são as mais citadas, com 28% das respostas. As principais motivações para trabalho cívico e voluntário são: solidariedade (56), bem comum (46), necessidade de mudança (43), o sentido de dever

²⁰ A construção deste índice não é exibida aqui por falta de espaço, mas pode ser detalhada quando da exposição.

(37), dar esperança e dignidade (32), a identificação com quem sofre (30). Sentimentos como experiência para a vida (20), prestígio social (16), a satisfação pessoal (14) e encontrar outras pessoas (13) também foram citados. As razões que receberam maior número de indicações de pouca importância foram: vergonha em recusar (34), reciprocidade (30), tempo livre (34), satisfação pessoal (25), crença religiosa (24) e compaixão (19). Parece haver uma conotação negativa de “reciprocidade”, como algo relacionado com egoísmo e/ou interesse de obter algo em troca. A motivação compaixão recebeu 19 indicações de pouco importante, o que parece sugerir que “ter pena” ou condoer-se com a situação das pessoas carentes a quem se dirige o trabalho cívico ou voluntário não é considerada uma razão “nobre”, ou relacionada com a prática da “esmola” (compaixão pelos pedintes).

Perante a suposição de criação de uma associação, grupo, comissão, cooperativa ou clube, as reacções manifestadas, divididas entre sentimentos de aceitação/receptividade, entusiasmo/empenho/alegria, cautela e avaliação cuidadosa dos proponentes, dos objectivos, dos grupos-alvo e dos riscos envolvidos, e atitudes de adesão, envolvimento, contribuição para o desenvolvimento da ideia, apoio e participação, encorajamento e participação, incentivo com ideias e experiências.

Contudo, a maioria dos respondentes condicionou a sua adesão à idoneidade dos membros proponentes ou fundadores, e à confiança nos mesmos, a uma avaliação criteriosa das vantagens e dos riscos envolvidos, a ver reflectidos nos objectivos da iniciativa os seus próprios interesses, à clareza desses objectivos, que devem ter carácter social (apoiar os necessitados ou para melhorar as condições de vida dos seus integrantes) e/ou visar o interesse de todos, a não haver “fundos obscuros” nem interesses pessoais ou de grupo. Foram poucos os que se manifestaram prontos a aderir, incentivar e dar a sua colaboração, sem condições, em todas as categorias de análise. O traço de desconfiança que permeia as relações sociais em Angola, anteriormente referido, parece estar por trás dessas precauções e condicionalidades.

3.4.2. Ajuda Mútua e Solidariedade

A reacção dos participantes perante uma notícia relacionada com o estado de saúde de alguém próximo dividiu-se entre sentimentos de preocupação, inquietação, compaixão, dever de ajudar, aconselhamento, solidariedade, ansiedade, desagrado, e atitudes de solidariedade, apoio moral e financeiro, colocar-se à disposição, acompanhar, informar-se/identificar o problema, encaminhamento ao médico. Apenas

um respondente condicionou esta ajuda e apoio ao conhecimento de “quem necessita”, vizinho ou amigo.

A reacção perante a confiança, por parte de alguém próximo, de estar passando por graves problemas financeiros, mereceu as seguintes respostas: a procura por formas de ajudar, 58%, e na impossibilidade de ajudar directamente, o encaminhamento a quem possa fazê-lo, 40%.

Essas respostas mostram-se consistentes com as anteriores, permitindo identificar um traço de solidariedade e de vontade de ajudar quem necessita, tanto numa situação de doença, quanto num caso de dificuldades financeiras, apesar de ser esta a situação que a maior parte das pessoas enfrenta no seu dia-a-dia. No entanto, elas também parecem expressar a busca por soluções individuais e de grupo em detrimento de soluções institucionais, o que pode traduzir que a maior parte das pessoas não espera ou não acredita em soluções “universais” através de políticas públicas abrangentes. Parece existir uma relação entre essas respostas e a sequência da crise social, da colonização, ao regime autoritário: o refúgio na família e nas igrejas como fontes de solidariedade e de ajuda, numa perspectiva em que as pessoas pouco confiam na obtenção de apoio por parte das instituições do Estado angolano.

3.4.3. Relações de Vizinhança

As escolhas mostram sentimentos de animosidade dentro dos padrões de resposta possíveis de obter em qualquer cidade do mundo, pois dirigiram-se a “tipos” sociais mal quistos em qualquer lugar. Assim, os participantes indicaram que os Extremistas políticos (24,5%), os Drogados (19%), os Bêbados (17%) são os vizinhos indesejados, ganhando dos que têm Passado Criminal, das Famílias numerosas, dos Doentes Mentais, dos Deficientes Físicos, dos Homossexuais. Importa registrar que não se registraram manifestações nem de “racismo” (nenhuma indicação) nem de “xenofobia”.

3.5 Acesso à Informação

A partir da base de dados criada para a pesquisa quantitativa, já referida, foi constituído um Índice de Acesso à Informação baseado em perguntas relacionadas aos três meios de comunicação com maior abrangência em termos de capacidade de cobertura populacional e geográfica – rádio, jornal e televisão – e da frequência desse

acesso, medida em número de dias de audição de notícias na rádio, leitura de jornais e assistência de televisão.

Considerando o papel dos meios de comunicação social como canais de informação, formadores de opinião, mediadores do espaço público, e da influência que poderão exercer nos comportamentos, práticas e atitudes dos cidadãos, assim como nas suas escolhas políticas, a construção deste Índice visa facilitar a percepção dos níveis de acesso dos cidadãos à informação, falada, escrita e televisionada e a frequência desse acesso. Para a categorização do Índice foram considerados os seguintes valores extremos: Valor Máximo 7 (dias), acesso aos três meios de comunicação social todos os dias da semana, e Valor mínimo 1 (0 dias), sem acesso, numa base semanal, à rádio, ao jornal e à TV, resultando as seguintes três categorias de acesso:

S/acesso	0 – 2
Acesso limitado	2 – 5
Acesso à informação	5 – 7

Índice de acesso à informação categorizado

categorias			Frequência	Percentagem	Percentagem válida
	5-7 dias/semana	166	11	11,1	11,1
	2-5 dias/semana	660	43,8	44	55,1
	0 - 2 dias/semana	674	44,8	44,9	100
	Total	1500	99,6	100	

A observação da tabela mostra que, em Luanda, apenas 11% de 1500 respondentes tem “acesso à informação”, 44% têm acesso limitado e 45% não tem acesso à informação escrita, falada ou televisionada.

4. Sociedade civil e espaço público em Luanda

Em Luanda, o “político” parece constituir-se no eixo aglutinador da mobilização para a acção social com vista à resolução dos inúmeros problemas da sociedade angolana: preocupação centrada na democratização das formas de governo, na instituição do estado de direito “de fato”, na justiça e na transformação social, com base numa ampla discussão dos papéis do Estado e da Sociedade.

O contraste entre o progresso político e económico de uma pequena porção da população, e a pobreza e a exclusão da grande maioria que pagou a maior parcela dos custos políticos, sociais e económicos da guerra civil, incita à união de esforços, capacidades e talentos, constituindo (ou reforçando as já existentes) organizações cívicas, comunitárias, residenciais, culturais, profissionais, ou outras, com vista à

formulação de estratégias de influência junto dos poderes públicos. As predisposições para participação política mostram um potencial que não se realiza na vida quotidiana para reverter a actual situação de desigualdade social com base numa nova ética social: mais visibilidade e relevância política na construção das suas reivindicações numa perspectiva de direitos e no quadro da Lei Maior, a Constituição.

Apesar de uma grande diversidade de formas de organização da acção colectiva, formais e informais, de cidadãos com direito a ter direitos e não de “pessoas carentes” sujeitas à caridade pública ou privada, engajada na luta contra a exclusão num sentido amplo, e não apenas de formas alternativas de organização económica para promover inclusão social (cooperativas, associações e fundações), a sociedade civil não tem conseguido influenciar as políticas públicas de habitação de forma que à noção de “casa” sejam agregadas as noções - percebidas como um direito universal que o Estado tem de satisfazer, e não como um favor - de serviços de água, energia e saneamento, de vias de acesso/comunicação e de transporte, serviços públicos de educação, saúde, abastecimento/comércio, oportunidades de emprego, áreas de lazer e de recreação, enfim de dignidade.

Mas para que isso aconteça, importa relacionar sociedade civil e espaço público, porque se amplia o entendimento da dimensão organizativa com a capacidade de perceber e debater os problemas sociais da vida privada, e influenciar e pressionar o campo político com vista à sua resolução, enfatizando o papel dos meios de comunicação, e as vias pelas quais os indivíduos constituem um espaço público comum através da participação e do engajamento cívico. Essa abordagem permite perceber a importância da instituição e operacionalização do acesso e uso efectivo e universal dos diversos tipos de direitos, liberdade de pensamento e de expressão, de imprensa e de comunicação, de liberdade de associação e de reunião, de protecção da intimidade e da privacidade, e da integridade pessoal, para possibilitar o exercício formal da influência sobre os processos de tomada de decisão e as políticas públicas²¹. Possibilita, ainda, enquadrar a participação de diversos actores sociais que funcionam como articuladores ou mediadores da acção colectiva, agindo ou constituindo instâncias de intermediação e de diálogo entre os actores da sociedade civil e os actores estatais e do mercado (igrejas, meios de comunicação, autoridades tradicionais).

²¹ COHEN, Jean & ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

Relacionar sociedade civil e espaço público amplia o entendimento da dimensão organizativa com a capacidade de perceber e debater os problemas sociais da vida privada, e de influenciar e pressionar o campo político com vista à sua resolução, enfatizando o papel dos meios de comunicação e as vias pelas quais os indivíduos constituem um espaço público comum através da participação e do engajamento cívico²².

O recém-criado Fórum Urbano é um espaço em que a sociedade civil pode assumir a crítica e a denúncia da desigualdade social e seus reflexos na cidade: cidade rica/cidade pobre, cidade formal/cidade informal, cidade moderna/cidade tradicional, ou seja, a cidade desigual, fruto da confluência das lógicas da segregação espacial, da mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária, pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradias, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral. A nova ética social politiza a discussão sobre a cidade e formula um discurso e uma plataforma política dos movimentos sociais urbanos, nos quais o acesso à cidade deve ser um direito a todos os seus moradores e não ficar restrito a apenas alguns, os mais ricos. E a luta por uma cidade mais justa é um direito de todos os seus moradores. Por isso, esse questionamento projecta-se para além da questão urbana, na medida em que esse âmbito se estende para a justiça social e a igualdade, centrando-se na participação democrática na gestão da cidade e na quebra dos privilégios ainda dominantes.

A Conferência Nacional da Sociedade Civil²³ constitui, no momento, a oportunidade de formulação de novas visões sobre a sociedade e de constituição da força social capaz de induzir mudanças necessárias à transformação societal, o que implica a passagem para o domínio público de domínios hoje privados ou “privatizados”, e a reformulação da agenda pública, tornando-a representativa da diversidade sócio-cultural existente. Um dos resultados esperados deste processo é o estabelecimento de canais de comunicação e interação com as instituições do Estado, não mais na óptica de tutela, controle ou dependência, mas antes de diálogo, cooperação e parceria. E isso implica que a interlocução seja exercida, por parte das instituições do Estado, numa perspectiva holística do interesse de todos e de longo prazo, através da

²² HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1989 [1962]; HABERMAS, Jürgen. “Further Reflections on the Public Sphere”. In: Craig Calhoun (org.), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.

²³ A I Conferência Nacional da Sociedade Civil realizou-se em Luanda, de 6 a 8 de Novembro de 2007, sob o lema “Construindo a Unidade na Diversidade”.

promoção da cidadania e da negociação do novo contrato social e de sua implementação.